

	<p>Estado do Rio Grande do Norte <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA</b> <i>Rua Prefeito Francisco Fontes, 22 – Centro – CEP. 59</i> C.N.P.J.: nº. 08.357.642/0001-54</p>
---	--

**LEI Nº 248, de 18 de Julho de 2011.**

**Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de José da Penha e dá outras providências.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOSE DA PENHA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais; Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica criado o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de José da Penha, denominado CONSEA – JOSE DA PENHA, enquanto espaço de articulação entre o governo municipal e a sociedade civil para a formulação de diretrizes para políticas e ações na área de segurança alimentar e nutricional.

**Art. 2º** - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar de José da Penha, CONSEA – JOSÉ DA PENHA, é um órgão colegiado, autônomo, de caráter consultivo e deliberativo, constituído em parceria com o Governo Municipal e com a Sociedade Civil, vinculado diretamente a Secretaria de Assistência Social e ao Gabinete do Prefeito;

**Art. 3º** - Cabe ao CONSEA – JOSÉ DA PENHA, estabelecer diálogo permanente entre o Governo Municipal e as organizações sociais nele representadas, com o objetivo de subsidiar a Administração Municipal na formulação de políticas de na definição de diretrizes e prioridades que visem a garantia do direito humano à alimentação.

**Art. 4º - CONSEA – JOSÉ DA PENHA**, tem como finalidade propor políticas, programas, projetos e ações que configurem o direito à alimentação e à nutrição como parte integrante dos direitos humanos, competindo-lhe, ainda:

I – Propor as diretrizes da política municipal de segurança alimentar e nutricional a serem implementadas;

II – Incentivar a articulação e mobilização da sociedade civil para implementação de ações voltadas para o combate às causas da miséria e da fome no âmbito municipal;

III – Realizar, promover e apoiar estudos que fundamentam as propostas ligadas à segurança alimentar e nutricional sustentável;

IV – Estabelecer parcerias que garantam mobilização e racionalização no uso dos recursos disponíveis;

V – Propor e aprovar a política municipal de segurança alimentar e nutricional, em consonância com a Lei Estadual 16.799/2003;

VI – Contribuir com a integração do Plano municipal com os programas de combate à fome e segurança alimentar e nutricional;

VII – Promover e coordenar campanhas de conscientização da opinião pública visando à união dos esforços;

VIII – Criar câmaras temáticas para acompanhamento permanente de assuntos fundamentais na área de segurança alimentar e nutricional;

IX – Organizar e implementar a cada dois anos a Conferência Municipal de Segurança Alimentar Nutricional de José da Penha;

X – Apresentar anualmente, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento do Município, os projetos e ações prioritárias do Plano municipal de segurança alimentar e nutricional;

XI – Elaborar seu regimento interno.

**Art. 5º** - A diretoria do CONSEA – JOSÉ DA PENHA, terá a seguinte composição:

- I – Um (1) Presidente;
- II – Um (1) Vice-Presidente;
- III – Um (1) Secretário Geral

**Parágrafo Único:** A diretoria do CONSEA – JOSÉ DA PENHA, será eleita dentre e pelos membros titulares.

**Art. 6º** - O Conselho observará em sua composição a proporcionalidade de 1/3 de representantes do Poder Público e 2/3 de representantes das entidades da sociedade civil.

**§ 1º** - Para cada representante titular, haverá um representante suplente;

**§ 2º** - Caberá o Governo Municipal definir seus representantes incluindo as Secretarias afins e órgãos estaduais e federais sediados no Município sobre o tema da Segurança Alimentar e Nutricional.

**§ 3º** - A definição da representação da sociedade civil deverá ser estabelecida através de consulta pública, entre outros, aos seguintes segmentos sociais:

- a) 01 (um) representante Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- b) 01 (um) representante de Associação de Agricultores e Agricultoras Familiar;
- c) 01 (um) representante do Programa Social Bolsa Família;

**§ 4º** - As instituições representadas no CONSEA devem ter efetiva atuação no Município.

**§ 5º** - O mandato dos membros representantes da sociedade civil no CONSEA será de dois anos, admitida uma recondução consecutiva.



**§ 6º** - A ausência às reuniões plenárias deve ser justificada em comunicação por escrito à presidência com antecedência de no mínimo três dias, ou três dias posteriores à cessão, se imprevisível.

**Art. 7º** - O CONSEA será instituído através de Decreto municipal contendo a indicação dos conselheiros governamentais e não governamentais com seus respectivos suplentes.

**Art. 8º** - As plenárias do CONSEA – JOSÉ DA PENHA, têm caráter público, podendo, assim, participar convidados ou observadores – representantes de órgãos ou entidades de ação municipal e regional, sem direito a voto.

**Parágrafo Único:** O CONSEA realizará trimestralmente plenárias com os representantes de conselhos afins para discutir sobre a temática, de modo a promover a intersetorialidade.

**Art. 9º** - A competência e a forma de atuação dos conselheiros serão estabelecidas no regimento interno do Conselho.

**Art. 10** – Os serviços prestados ao Município pelos membros do Conselho são considerados de relevante interesse público, e, portanto, gratuitos.

**Art. 11** – O CONSEA terá dotações orçamentárias, previstas em lei, necessária para a efetiva concretização dos objetivos propostos, bem como a disponibilização pelo Município de pessoal para exercer funções de suporte técnico e administrativo em sua secretaria geral.

**Art. 12** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Jose da Penha/RN, em 18 de Julho de 2011.

  
**Abel Kayo Fontes de Oliveira**  
Pref. Mul. de José da Penha/RN  
**Abel Kayo Fontes de Oliveira - Prefeito**  
CPF 009.810.974-05